



África e a  
Crise Alimentar Mundial Pag 2/3

AFRICOM Pag 4/5

Reunião de Empresários Chineses  
e dos Países de Língua  
Portuguesa Pag 5/6

Nova Mega Barragem em África Pag 6/7

A Corrupção na Nigéria Pag 7/8

Moçambique Prepara  
Novo Ciclo Eleitoral Pag 8/9

Conferência Internacional de Tóquio  
para o Desenvolvimento  
de África (TICAD) Pag 10/11

Eleições Autárquicas  
em Cabo Verde Pag 12

## África e a Crise Alimentar

■ Luís Castelo Branco

A crise alimentar que atingiu o mundo no primeiro semestre de 2008, está a ter consequências particularmente graves nas nações mais pobres, especialmente em África, onde a falta de alimentos já provocou alguns mortos e protestos, como foram os casos da Somália, do Egipto, do Senegal ou dos Camarões.

A gravidade da situação foi assumida pelo Secretário-Geral da ONU, ao qual comparece, em Maio, uma reunião com as chefes das várias agências especializadas das Nações Unidas. Neste encontro, Ban-ki-Moon apela a criação de uma task-force, composta pelas agências da ONU, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), destinada a encontrar novas soluções e novas fontes de financiamento para enfrentar de cabeça baixa a crise alimentar. O relógio da produção alimentar a nível mundial, e em especial em África, passa pela necessidade de se conseguir 1,7 mil milhões de USD, de modo a fornecer sementes e insumos aos agricultores<sup>1</sup>.

Para os participantes neste encontro promovido pela ONU, o desenvolvimento dos bio-combustíveis, as barreiras comerciais, uma procura crescente com origem na Ásia, nomeadamente na China e na Índia, devido a modificações dos hábitos alimentares, colheitas fracas e o aumento do custo do petróleo, são apontados como algumas causas da crise alimentar mundial.

De acordo com dados do Programa Alimentar Mundial (PAM), o aumento dos preços dos cereais no último ano foi muito elevado: o milho aumentou 11%, o arroz 74%, a soja 87% e o trigo 139%. Paralelamente, convém não esquecer que a população humana está a aumentar a um ritmo muito elevado, passando de 2,5 bilhões de pessoas em 1950 para 6,1 bilhões em 2006. Segundo expectativas da ONU, em 2050, a população humana será de 9,2 bilhões.

Anualmente o PAM alimenta cerca de 90 milhões de pessoas devido a catástrofes naturais ou a conflitos armados. A actual crise fará aumentar drasticamente os pedidos de ajuda, a que aliado ao aumento dos preços implica uma menor capacidade de resposta do PAM.

O encarecimento dos alimentos é uma situação que se tornou mundialmente visível em 2008, porque, ao apresentarem desde problema já tinham sido detetado há alguns anos. Nos seus relatórios de 2006 e 2007, intitulados "Perspectivas de Colheitas e Situação Alimentar" a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) já chamava a atenção para este problema, isto apesar do aumento da produção cerealífera mundial.

Porém, a distribuição desigual, e as condições climáticas adversas, fizeram com que 37 países, entre os quais 21 africanos, estejam numa situação crítica do ponto de vista alimentar. No entanto, africanos, há países que se encontram nesta situação devido às condições climáticas adversas, como é o caso da Mauritânia, onde não chove há muito tempo, países que se encontram em situação de conflito o que implica a diminuição da área cultivada, como é o caso do Chad, outros vivem crises económicas e sociais, como é o caso do Zimbábue, ou ainda países onde aliada à instabilidade política e social, as estruturas do estado são muito precárias, como é o caso da Guiné-Bissau<sup>2</sup>.

Também o Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Kishiro Matsumae, prevê um "futuro sombrio" para a humanidade devido à crescente crise alimentar mundial, que atingiu sobretudo a África, afirmando que deverá ser afectado pela redução de programas de distribuição de comida<sup>3</sup>.

Esta crise alimentar tem contribuído para o aumento da instabilidade em muitos países africanos, com especial gravidade nos maiores centros urbanos, onde a escassez alimentar aparece associada a um aumento da pobreza. Já precisamente esta situação que provocou, por exemplo, a instabilidade social e os conflitos que se registaram em Mopti em Fevereiro de 2008.

O alerta para o perigo de conflitos urbanos em África foi igualmente feito pelo Director-Geral para África e Países Árabes do Programa da ONU para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), Alireza Hakim. Durante a 4ª reunião anual do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAF), que decorreu em Maio em Mopti, o Alireza alertou para a necessidade dos governos africanos adoptarem políticas eficazes para evitar a instabilidade urbana, que poderá ser depolizada pelas deficientes condições de habitação e pelo agravamento do custo de vida. As disparidades económicas e sociais vivíveis em muitos sociedades africanas são um outro motivo de preocupação e que poderá fomentar conflitos, nomeadamente nos centros urbanos.

Fare à insegurança mundial no abastecimento de alimentos, muitos países começaram a tomar medidas de precaução. Esta medida foi igualmente seguida por vários países africanos. Em alguns países há Moçambique, onde o Ministério da Agricultura apresentou um plano para os próximos três anos, orçado em 10 M USD destinado a construir silos com capacidade para albergar 200 mil toneladas de cereais. Para a construção destes silos, Moçambique poderá contar com o apoio de

Portugal através de uma linha de crédito no valor de 100 milhões de euros destinada a financiar projectos de investimentos públicos<sup>4</sup>. Estes silos serão instalados em regiões com elevado potencial agrícola com vista a garantir a criação de reservas para fazer face a uma eventual crise de alimentos em larga escala. Os silos, com um enorme capacidade para armazenar 5 mil toneladas, serão construídos numa primeira fase nas províncias de Niassa, Namapa, Zambézia e Manica. Em 2009 serão construídos silos nas províncias de Cabo Delgado, Sofala, Inhaca e Gaza<sup>5</sup>.

Uma outra medida adoptada pelo governo moçambicano, com vista a combater o encarecimento dos cereais e a dependência do país das exportações, foi a decisão de relaxar a produção nacional de trigo. Moçambique tem um déficit de 300 mil toneladas de trigo, esperando o governo que, a curto prazo, o país seja capaz de produzir 225 mil toneladas por ano, uma taxa que vai abarcar os 180 mil hectares. Os distritos de Inharrim, na província de Gaza, sul do país, e Vilanculos, na Zambézia, região centro, bem como outras áreas do Vale do Zambeze, são consideradas as melhores áreas para a produção de trigo. Estas zonas ficam grandes produtoras de trigo no tempo colonial. Porém, a crise agrícola causada pelo abandono dos agricultores, logo depois da independência de Moçambique, e o conflito armado que se seguiu, precipitaram o fim da produção deste cereal no país.

Também o governo cabo-verdiano tomou medidas para fazer face a uma eventual falta de alimentos, quer para travar a onda de especulação que se fez sentir em alguns ilhas do arquipelago. Com o objetivo ainda de evitar o agravamento do custo de produtos essenciais, o Governo cabo-verdiano decidiu melhorar o circuito de distribuição e de importação, e articular-se com a Comunidade Internacional, tendo inclusive criado uma Comissão para gerir o assunto. Por outro lado, a Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA) juntamente com a Companhia de Investimento em Cereais (CI), uma empresa privada que opera no sector, tomaram medidas, nomeadamente reforçando os stocks de cereais, para garantir o abastecimento à população<sup>6</sup>.

Para encontrar soluções para esta situação, a ONU promoveu, em Junho em Roma, uma Cimeira extraordinária da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), onde estiveram presentes representantes de 183 países. Este encontro assumiu especial importância, e contámos durante o período, devido ao aumento do valor dos alimentos, o qual largou mais de 100 milhões de pessoas

para situações de fome<sup>7</sup>. Durante esta reunião, o Secretário-Geral da ONU, Ban-ki-Moon, afirmou que a produção mundial de alimentos teria que crescer em 20% até 2030 para responder ao aumento da procura.

Apesar de um previsto aumento da produção mundial de cereais em 2008, a necessidade de repor as reservas alimentares e a cada vez maior procura de alimentos por parte de países como a China e a Índia, não permitirá uma diminuição nos preços.

Por outro lado, a crescente procura de bio-combustíveis é outro factor a afectar o preço dos alimentos. Muitos dos participantes criticaram o desvio que se tem registado aos últimos anos de bens alimentares essenciais para a produção de etanol e de bio-diesel. O Brasil, enquanto grande produtor de bio-combustíveis, liderou o grupo que contestou a possibilidade de se declarar uma moratória na produção desta fonte de energia. O Brasil alegou, baseando-se na sua própria experiência, que o aumento da produção deste tipo de combustíveis não é incompatível com o aumento da produção de bens alimentares.

A questão da produção dos bio-combustíveis está longe de ser consensual. Enquanto a Comissão Europeia mantém a meta de conseguir até 2020, atingir 10% de bio-combustíveis nos transportes, centros de Organizações Não Governamentais manifestam a sua preocupação pelas consequências que tal medida poderá ter na produção de alimentos<sup>8</sup>.

Perante este cenário, a ONU apela à necessidade de maior investimento na agricultura, especialmente nos países em vias de desenvolvimento. Por outro lado, os países mais desenvolvidos deverão facilitar a transferência de tecnologia e diminuir as barreiras proteccionistas dos seus mercados.

Quer pelas suas características alimentares, quer pelas suas potencialidades agrícolas, África é um elemento chave na estratégia para enfrentar a actual crise alimentar. Segundo o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf, é necessário conseguir aproveitar o potencial agrícola africano, não só para enfrentar a crise alimentar no continente, mas também para o tornar num claro exportador de bens alimentares.

Com vista a operacionalizar as medidas preconizadas durante a Conferência de Roma, um Memorando de Entendimento foi assinado pela Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA), a FAO, a International Fund for Agricultural Development (IFAD), e a World Food Programme (WFP). Estas organizações comprometeram-se a trabalhar para apoiar o aumento da produção alimentar africana<sup>9</sup>.

<sup>1</sup> Copy Projects and World Strategy, 18/04/2008. <http://www.fao.org/docrep/043/t0432en/t0432en.pdf>

<sup>2</sup> Crisis Operations Unit. Great Britain, Somalia, June 7/2008. <http://www.britain.gov.uk/independence/July/0708.pdf>

<sup>3</sup> Foreign Correspondent's Guide to 100 World Cities, in British Consulate, 15/10/2008. <http://www.unitednations.org/nip/July/Faqs/151008/151008.htm>

<sup>4</sup> Conselho de Segurança da ONU, 16/05/2008. <http://www.unhcr.org/refugees/pdf/08502.pdf>

<sup>5</sup> Relatório Produção Nacional de Trigo, in Jornal Notícias, 18/10/2008. <http://www.jornalnoticias.pt/imagens/171881>

<sup>6</sup> Agência de Investimento Industrial do Cabo Verde, in África Live News, 05/10/2008. <http://www.pageres.com/financas/05-10-08-051008-051008>

<sup>7</sup> United Nations High Level Panel of Experts Report, in British Consulate, 06/10/2008. <http://www.pageres.com/financas/06-10-08-061008-061008>

<sup>8</sup> Indian Watch, <http://www.indianwatch.org>

<sup>9</sup> Working Well Together in Africa: "Roadmap to Green", in FAO News, 01/05/2008. <http://www.fao.org/newsroom/news/2008/1008231008231008.html>

<sup>1</sup> Jornal Notícias, 16/05/2008. <http://www.jornalnoticias.pt/imagens/171881>

<sup>2</sup> Food Deficiency by World Food Programme Director General in British Consulate, 18/10/2008. <http://www.unhcr.org/refugees/pdf/08502.pdf>

Portugal através de uma linha de crédito no valor de 100 milhões de euros destinada a financiar projectos de investimentos públicos<sup>6</sup>. Estes silos serão instalados em regiões com elevado potencial agrícola com vista a garantir a criação de reservas para fazer face a uma eventual crise de alimentos em larga escala. Os silos, cada um com capacidade para armazenar 5 mil toneladas, serão construídos numa primeira fase nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Manica. Em 2009 serão construídos silos nas províncias de Cabo Delgado, Sofala, Tete e Gaza<sup>8</sup>.

Uma outra medida adoptada pelo governo moçambicano, com vista a combater o encarecimento dos cereais e a dependência do país das exportações, foi a decisão de relançar a produção nacional de trigo. Moçambique tem um défice de 360 mil toneladas de trigo, esperando o governo que, a curto prazo, o país seja capaz de produzir 225 mil toneladas por ano, numa área que vai abranger os 180 mil hectares<sup>7</sup>. Os distritos de Chokwé, na província de Gaza, sul do país, e Nicoadala, na Zambézia, região centro, bem como outras áreas do Vale do Zambeze, são consideradas as melhores áreas para a produção de trigo. Estas zonas foram grandes produtoras de trigo no tempo colonial. Porém, a crise agrária causada pelo abandono dos agricultores, logo depois da independência de Moçambique, e o conflito armado que se seguiu, precipitaram o fim da produção deste cereal no país.

Também o governo cabo-verdiano tomou medidas para fazer face quer a uma eventual falta de alimentos, quer para travar a onda de especulação que se fez sentir em algumas ilhas do Arquipélago. Com o objectivo ainda de evitar o agravamento do custo de produtos cereais, o Governo cabo-verdiano decidiu melhorar o circuito de distribuição e de importação, e articular-se com a Comunidade Internacional, tendo inclusivamente criado uma Comissão para gerir o assunto. Por outro lado, a Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA) juntamente com a Companhia de Investimento em Cereais (CIC), uma empresa privada que opera no sector, tomaram medidas, nomeadamente reforçando os stocks de cereais, para garantir o abastecimento à população<sup>8</sup>.

Para encontrar soluções para esta situação, a ONU promoveu, em Junho em Roma, uma Cimeira extraordinária da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), onde estiverem presentes representantes de 181 países. Este encontro assumiu especial importância, e contornos claramente políticos, devido ao aumento do valor dos alimentos, o qual lançou mais de 100 milhões de pessoas

para situações de fome<sup>9</sup>. Perante este cenário, o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirmou que a produção mundial de alimentos terá que crescer em 50% até 2030 para responder ao aumento da procura.

Apesar de um previsível aumento da produção mundial de cereais em 2008, a necessidade de repor as reservas alimentares e a cada vez maior procura de alimentos por parte de países como a China e a Índia, não permitirá uma diminuição nos preços.

Por outro lado, a crescente procura de bio-combustíveis é outro factor a afectar o preço dos alimentos. Muitos dos participantes criticaram o desvio que se tem registado nos últimos anos de bens alimentares essenciais para a produção de etanol e de bio-diesel. O Brasil, enquanto grande produtor de bio-combustíveis, liderou o grupo que contestou a possibilidade de se declarar uma moratória na produção desta fonte de energia. O Brasil alegou, baseado-se na sua própria experiência, que o aumento da produção deste tipo de combustíveis não é incompatível com o aumento da produção de bens alimentares.

A questão da produção dos bio-combustíveis está longe de ser consensual. Enquanto a Comissão Europeia mantém a meta de conseguir, até 2020, utilizar 10% de bio-combustíveis nos transportes, centenas de Organizações Não Governamentais manifestaram a sua preocupação pelas consequências que tal medida poderá ter na produção de alimentos<sup>10</sup>.

Perante este cenário, a ONU apelou à necessidade de maior investimento na agricultura, especialmente nos países em vias de desenvolvimento. Por outro lado, os países mais desenvolvidos deverão facilitar a transferência de tecnologias e diminuir as barreiras proteccionistas dos seus mercados.

Quer pelas suas carências alimentares, quer pelas suas potencialidades agrícolas, África é um elemento chave na estratégia para enfrentar a actual crise alimentar. Segundo o Director Geral da FAO, Jacques Diouf, é necessário conseguir aproveitar o potencial agrícola africano, não só para enfrentar a crise alimentar no continente, mas também para o tornar um claro exportador de bens alimentares.

Com vista a operacionalizar as medidas preconizadas durante a Conferência de Roma, um Memorando de Entendimento foi assinado pela Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA), a FAO, a International Fund for Agricultural Development (IFAD), e o World Food Programme (WFP): Estas organizações comprometeram-se a trabalhar para apoiar o aumento da produção alimentar africana<sup>11</sup>.

<sup>6</sup> Construção de Silos, in Jornal Notícias Online, 05/05/2008. <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/benuss0a0.simples>

<sup>7</sup> Relançada Produção Nacional de Trigo, in Jornal Notícias, 19/05/2008. <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxnl/pt/contents/171382>

<sup>8</sup> Especificação de Alimentos Injustificada em Cabo Verde, da Governo, Pan-African News Agency, 08/05/2008. <http://www.panapress.com/freenewsport.asp?code=por013783&dt=08/05/2008>

<sup>9</sup> Cimeira de Roma Adota Medidas para Mitigar Segurança Alimentar, in Panafican News Agency, 06/06/2008. <http://www.panapress.com/freenewsport.asp?code=por014637&dt=06/06/2008>

<sup>10</sup> Biofuel Watch. <http://www.biofuelwatch.org> www.biofuelwatch.org

<sup>11</sup> Boosting Food Production in Africa's "Breadbasket Areas", in FAO News, 04/06/2008. <http://www.fao.org/newsroom/en/news/2008/1000855/index.html>

## Africom

Através de uma curta caracterização do continente africano, podemos atestar da sua importância num mundo cada vez mais global e interdependente. África é o segundo maior continente do mundo, com 22% da área global do planeta, e tem uma população que ronda os 700 milhões, cerca de 14% da população mundial, repartidos por 53 países. O crescimento económico médio do continente nos últimos anos foi de 5%. África tem 8% das reservas mundiais de petróleo do mundo e tem importantes reservas de vários minerais. Do ponto de vista agrícola e florestal as potencialidades africanas são enormes.

A crescente importância estratégica do continente africano levou a que os EUA anunciassem, a 6 de Fevereiro de 2007, a criação do Africa Command (AFRICOM). Esta decisão foi o culminar de um processo dentro do Departamento de Estado Norte-Americano, o qual reconheceu que a paz e a estabilidade do continente importava não só aos africanos, mas a toda a Comunidade Internacional.

A criação do AFRICOM permitirá aos EUA concentrar e coordenar o apoio concedido quer aos países africanos, quer às organizações regionais africanas. Na base da actuação do AFRICOM está o reconhecimento da importância da ligação que existe entre a Segurança, a Diplomacia e o Desenvolvimento de África, o que implica uma boa coordenação entre as várias agências norte-americanas que actuam no continente africano, nomeadamente o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e a Agência Internacional de Desenvolvimento (USAID). É intenção do AFRICOM associar à sua acção diversas Organizações Não Governamentais (ONG) e outros Estados, com vista a desenvolver acções comuns em áreas de interesses similares<sup>12</sup>.

Até à criação do AFRICOM, os EUA acompanhavam o continente africano através de três Comandos (Comando Europeu – EUCOM, Comando Central – CENTCOM e o Comando Pacífico – PACOM)<sup>13</sup>.

Após o fim da Guerra-Fria, o governo norte-americano reavaliou a importância de África à luz da sua segurança nacional. Assim sendo, o então Secretário de Estado da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld<sup>14</sup> mostrou-se favorável à criação do Comando Africano de

modo a encarar os problemas do continente como um todo. A divisão por vários comandos dava uma visão partilhada de África, e poderia não ajudar a compreender as questões em toda a sua dimensão.

A questão da localização da sede da AFRICOM foi, desde o início, alvo de controvérsia. Para muitos países africanos, a criação do AFRICOM implicava o estabelecimento de bases militares norte-americanas no continente africano. Os norte-americanos têm tido dificuldade em separar a ideia da criação da sede da AFRICOM do estabelecimento de bases militares. A verdade é que nos últimos anos, os EUA têm privilegiado o apoio à formação e a modernização dos exércitos dos países africanos aliados, em vez de criar bases militares ou enviar contingentes militares para o continente. Esta opção foi fortemente influenciada pelo fracasso da intervenção norte-americana na Somália em 1991.

Outra ideia que os norte-americanos têm tido dificuldade em contrariar, tem a ver com o processo de liderança das questões militares. Apesar dos EUA afirmarem que a liderança na definição e condução dos assuntos de defesa é da responsabilidade dos países africanos e das suas organizações, regionais e continentais, para muitos países africanos os EUA pretendem, através do AFRICOM, passar a controlar a política de segurança do Continente. Nesta lógica de pensamento, o objectivo final do AFRICOM, seria a tentativa norte-americana de moldar a política de segurança africana de acordo com os seus interesses.

Para os críticos da intervenção norte-americana, o AFRICOM permitiria aos EUA controlar as zonas em África ricas em petróleo e evitar que o Continente fosse utilizado por movimentos terroristas, quer como bases de treino, quer como refúgio. Porém, estas críticas foram rebatidas pelas Subsecretária Adjunta de Defesa dos EUA, Theresa Whelan, ao afirmar que o desejo por detrás da criação do AFRICOM era o de incentivar à estabilidade do Continente e ajudar a prevenir futuros conflitos em África.

Apesar do discurso oficial, a verdade é que as questões de segurança foram prioritárias na origem de um comando unificado para África. Os ataques do 11 de Setembro fizeram com que os militares norte-americanos chegassem à conclusão de que era necessário prestar mais atenção à África. Convém não esquecer que o mentor dos ataques do

<sup>12</sup> United States Africa Command  
<http://www.africom.mil/aboutAFRICOM.asp>

<sup>13</sup> Theresa Whelan: Why AFRICOM? An American Perspective, Situation Report, Institute for Security Studies, South Africa, 17/08/2007, 8 pp.

<sup>14</sup> Donald Rumsfeld foi Secretário de Estado da Defesa entre 2001 e 2006, tendo sido substituído a 18 de Dezembro de 2006 por Robert Gates.



## Reunião de Empresários Chineses de Língua Portuguesa

11 de Setembro, Oussama Bin Laden, viveu vários anos no Sudão, país onde a Al-Qaida contou com fortes apoios. Por outro lado, a situação de fragilidade de vários países africanos implica a quase ausência do controlo governamental dos seus territórios, tornando-os zonas apetecíveis para toda uma série de actividades ilegais, que vão desde o tráfico de droga ao terrorismo.

Neste contexto, e tal como defendeu o actual Secretário de Estado da Defesa norte-americano Robert Gates, a intervenção norte-americana em África deve socorrer-se de um conjunto de instrumentos, em que os aspectos militares são apenas mais um instrumento. Nesse sentido, Gates defendeu a necessidade de promover uma intervenção que favoreça o desenvolvimento económico, a promoção dos direitos humanos e apoio militar (ao nível da formação e do envio de equipamento militar) como forma dos EUA garantirem influência no continente africano<sup>15</sup>.

É neste sentido que deve ser entendida a intervenção da Administração Bush em África, a qual tem canalizados recursos crescentes, quer para o combate a doenças como a malária e o HIV/SIDA, quer para o apoio alimentar ao Continente.

Apesar deste esforço norte-americano, a verdade é que as dívidas do continente africano são muitas, nomeadamente em relação à localização do Quartel-General do AFRICOM, o qual deverá estar totalmente operacional em Outubro de 2008. Esta estrutura implicará uma base aérea e naval, destinada a congregar e projectar forças militares para operações, nomeadamente de manutenção de paz, e aeródromos de apoio. Até agora, só a Presidente da Libéria, Ellen Johanson Sirleaf, se mostrou disponível a receber esta estrutura no seu país.

Para os EUA, a localização preferida seria a África do Sul, país que rejeitou linearmente essa possibilidade. Os dirigentes sul-africanos têm-se mostrados bastante adversos a esta iniciativa norte-americana, acusando-a de pretender subalternizar a soberania dos países africanos e de poder vir a expô-los no futuro a pressões. Esta posição de antagonismo, manifestada por Pretória, é também defendida por Angola.

A Cidade da Praia, em Cabo Verde, acolheu no passado mês de Maio, o IV Encontro entre Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, onde estiveram presentes mais de 300 empresários e representantes de instituições de promoção de investimentos dos países membros.

O encontro de empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa é uma acção que tem lugar anualmente e de forma rotativa entre os países que integram o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Esta iniciativa consta do Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial assinado, em 2003 em Macau, pelos Ministros do Comércio dos Países intervenientes. São membros do Fórum, os seguintes países: China (incluindo Macau), Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste. São Tomé e Príncipe, devido ao facto de reconhecer Taiwan, não faz parte.

O Fórum é uma organização de iniciativa oficial sem carácter político, que tem como tema chave, a cooperação e o desenvolvimento económico e visa reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a China e os Países de Língua Portuguesa, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação a esses países e promover o desenvolvimento dos laços entre a República da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa.

Os objectivos destes encontros empresariais, são basicamente dois:

- Promover o relacionamento comercial e outras formas de parcerias entre empresas dos países envolvidos e identificar oportunidades de negócio;
- Contribuir para melhorar o relacionamento dos organismos de promoção do comércio e investimentos, câmaras de comércio e associações empresariais de forma a dinamizar o relacionamento económico entre os países.

<sup>15</sup> Miguel Monjardino: África, os Estados Unidos e Portugal, in Expresso 31/03/2008. <http://chx.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=ver&fokey=ex.stories/278776>



O Encontro da Praia, que decorreu sob o lema "Cabo Verde como Plataforma para Trading e Serviços", visou identificar e implementar negócios nas áreas do comércio e serviços, bem como a criação de negócios entre empresários dos vários países.

Um dos grandes objectivos das autoridades cabo-verdianas foi o de apresentar o país como intermediário na ligação entre os países de língua portuguesa e a China, valendo-se para o efeito da sua posição geoestratégica. Uma das áreas onde Cabo Verde pretende desempenhar desde já esse papel é no sector do transporte de mercadorias e pessoas. Nesse sentido, os Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) assinaram já um acordo com a Air China, para que o território cabo-verdiano passe a ser uma plataforma de apoio aos produtos chineses na rota para a América Latina.

Para além da China, Cabo Verde também poderá servir de placa giratória para o Brasil no objectivo de aprofundar as relações comerciais brasileiras com a África Ocidental.



## Nova Mega Barragem em África

A carência energética que afecta África é o somatório de factores onde se destacam o aumento do consumo, a falta de investimentos em manutenção e em novas unidades de produção energética e o aumento do preço dos combustíveis. Face a este cenário, existe um interesse redobrado na possibilidade de se avançar com a concretização de novos projectos energéticos em África.

Esta falta de energia é especialmente sentida na África Austral, onde o desenvolvimento de países como a África do Sul e Angola, torna mais premente a necessidade de novas fontes de abastecimento. Neste contexto, Moçambique é um dos países da zona com maior potencial energético, destacando-se as suas potencialidades ao nível hidroeléctrico, com o reforço da barragem de Cahora Bassa, a construção da barragem de Mepanda Uncua e a reabilitação de diversas barragens, como a de Massangir, na província de Gaza, e as barragens de Chicamba Real e Mavúzi, ambas na província do Chimoio. Para além da aposta nestas infra-estruturas já existentes, novas unidades energéticas estão a ser estudadas, como é o caso da barragem de Ocuca no rio Lurio, na província de Cabo Delgado.

Para além do potencial hidroeléctrico, Moçambique também se destaca pelas suas reservas de gás natural e de carvão.

No contexto de novas potencialidades energéticas, também a República Democrática do Congo (RDC) se tem vindo a destacar devido à possibilidade do projecto da barragem da Grande Inga, no rio Congo, vir a ser recuperado. Esta barragem, a ser construída, passará a ser a maior do mundo, com capacidade de produzir cerca de 40 mil MW de electricidade, o dobro da produzida pela actual maior barragem do mundo, a barragem das Três Gargantas, construída no Rio, na China.

A construção desta barragem insere-se na lógica de desenvolvimento económico de África, expresso na New Partnership for Africa's Development (NEPAD).

Pese embora os estudos realizados apontarem para a possibilidade de se poder construir esta barragem, os custos envolvidos, cerca de 80



## A Corrupção na Nigéria

bilhões de USD<sup>16</sup>, são um obstáculo importante. Apesar das enormes potencialidades hidroeléctricas existentes, a endémica instabilidade política e militar que afecta a RDC é um outro importante impedimento para angariar os financiamentos necessários.

A barragem da Grande Inga está dividida em três áreas, duas já construídas, e uma por construir. À partida serão necessários 500 MUSD para recuperar Inga I e Inga II. A barragem de Inga I, com capacidade para produzir 351 MW, foi construída em 1972 e a barragem de Inga II, com capacidade para produzir 1.424 MW, ficou pronta em 1983. A instabilidade política e o conflito militar nas RDC deixaram estas duas barragens a laborar muito abaixo das suas capacidades. O processo de reabilitação está a motivar o interesse de várias companhias africanas, como a sul-africana ESKOM, e internacionais como as canadianas Magnesium Alloy Corporation (MagAlloy) e SNC-Lavalin e a russa Russian Aluminum (RUSAL).

A parte central de todo este projecto é a construção da barragem de Inga III, com capacidade para produzir 3.500 MW, e que contará com 3.000 kms de linhas de transmissão.

Em Outubro de 2004, o governo da RDC e empresas eléctricas de quatro países vizinhos: Angola, África d Sul, Namíbia e Botswana, criaram o Western Power Corridor (WESTCOR), o qual será o responsável pela energia produzida quer pela barragem de Inga III, quer pela barragem de Capanda no rio Cuanza na província angolana de Malanje.

Após alguma hesitação, devido aos custos envolvidos e à situação na RDC, o projecto começou a avançar. Para tal, o World Energy Council promoveu uma reunião em Londres, em Abril de 2008, com vista a encontrar financiadores para o projecto. No final dos trabalhos foi elaborado um Plano de Acção com detalhes sobre o projecto ao nível do financiamento e das várias fases da construção. Se tudo correr bem, as obras deverão iniciar-se em 2014 e a barragem estará pronta a funcionar em 2020<sup>17</sup>.

A questão da corrupção é um mal que alastra em vários países africanos, pondo em causa os esforços nacionais e internacionais de transparência e boa gestão ao nível governamental. Existem alguns países africanos em que o problema da corrupção é particularmente grave, como é o caso da Nigéria.

De acordo com a ONG Transparency International, a Nigéria é dos países que se encontram, desde há vários anos, na lista dos países mais corruptos do mundo<sup>18</sup>. A situação é tanto mais preocupante se tivermos em conta que a corrupção neste país é a responsável pelo desvio de grande parte dos rendimentos provenientes da exploração de petróleo, recurso do qual a Nigéria é um dos principais produtores africanos e mundiais.

Sempre que surge um novo líder na Nigéria, a questão do combate à corrupção assume uma enorme prioridade. Foi assim quando Olusegun Obasanjo foi eleito Presidente, em 1999, sucedendo ao General Sani Abacha o qual liderou o país através de uma feroz ditadura.

Após a sua eleição, Obasanjo encetou uma campanha para reaver os fundos desviados, quer por Sani Abacha e a sua família, quer pelos seus aliados. Nesse sentido, Obasanjo apelou à cooperação de vários países europeus, nomeadamente Portugal, com o objectivo de detectar e recuperar os fundos desviados do seu país. A campanha teve algum sucesso com a recuperação de vários milhões de USD.

Obasanjo manteve-se no poder até Maio de 2007, altura em que foi substituído pelo vencedor das últimas eleições presidenciais, o actual Presidente Umaru Musa Yar'Adua, cuja campanha eleitoral se baseou na necessidade de travar a corrupção. Agora foi a vez do actual Presidente lançar uma campanha anti-corrupção, a qual está a atingir Obasanjo, a sua família e os seus antigos colaboradores.

A actual campanha de luta contra a corrupção está a ser liderada pela Comissão dos Crimes Económicos e Financeiros<sup>19</sup>, a qual já incriminou, por desvio de fundos, dois antigos ministros e uma filha do antigo Presidente Obasanjo.

Obasanjo já tinha sido formalmente acusado, em 2007, na sequência de uma investigação parlamentar, por ter actuado ilegalmente na administração de um fundo de desenvolvimento de petróleo. As investigações em curso foram ordenadas pela Câmara de Representantes da Nigéria, a qual está a investigar a corrupção na indústria petrolífera do país.

A situação de Obasanjo é muito delicada devido ao facto de ter acumulado, durante a sua Presidência, o cargo de Ministro do Petróleo. Os trabalhos da Comissão criada pela Câmara de Representantes centram-se nas concessões de petróleo e nas operações da Companhia Nacional de Petróleo da Nigéria. O petróleo é responsável por cerca de 80% dos rendimentos do Estado

<sup>16</sup> ITCR: Pathway: Scramble to Dam the Congo Keeps Africans in the Dark, International Rivers, 23/04/2008. <http://www.internationalrivers.org/en/afica/grand-inga-dam-dr-congo/Scramble-dan>.

<sup>17</sup> World Energy Council Facilitates Action on the Inga Hydropower Projects, Press Release, 21/04/2008. [http://www.worldenergy.org/news\\_events/media\\_relations/press\\_releases/134J.asp](http://www.worldenergy.org/news_events/media_relations/press_releases/134J.asp)

<sup>18</sup> [http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2007](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2007)

<sup>19</sup> Economic and Financial Crimes Commission. <http://www.efccnigeria.org/> <http://www.efccnigeria.org/>



## Moçambique prepara novo Ciclo Eleitoral



Nigeriano<sup>20</sup>, mas ao longo dos anos, a Companhia Nacional de Petróleo da Nigéria tem sido apontada como um exemplo de má gestão e corrupção.

Apesar de ter capacidade para produzir 3 milhões de barris por dia, a produção tem vindo a decair, atingindo os 750 mil barris em Setembro de 2007, devido à falta de manutenção dos equipamentos e à má gestão. Para além destas causas, a instabilidade política, sobretudo na zona do Delta do Niger, e a sabotagem das instalações petrolíferas, levou a que a produção fosse seriamente afectada. Segundo as principais empresas norte-americanas a actuarem na região, este conjunto de factores terá provocado, só nos últimos dois anos, a perda de 16 biliões de USD em exportações<sup>21</sup>.

Em Abril, a produção petrolífera angolana ultrapassou a nigeriana, passando Angola a ser, com uma produção diária de 1.872 milhões de barris de petróleo<sup>22</sup>, o maior produtor africano. A decisão do governo angolano de passar a produzir 2 milhões de barris diários, a partir de Agosto, consolidará a sua liderança ao nível da produção africana.

À má gestão dos rendimentos petrolíferos está a provocar uma onda de descontentamento nacional. Por um lado, as regiões onde o petróleo é extraído, nomeadamente a região do Delta do Niger sentem-se prejudicadas porque não são compensadas pela existência desta riqueza na sua zona, sofrendo inclusivamente com a enorme degradação ambiental que a extração petrolífera tem provocado. Por outro lado, e apesar da riqueza petrolífera, o país enfrenta uma enorme crise energética, com falta de gasolina no mercado e frequentes cortes energéticos. Uma das críticas feitas à administração de Obasanjo é de ter aprovado investimentos no reforço na capacidade de produção de energia que, na prática, não produziram quaisquer melhorias<sup>23</sup>.

Apesar do sucesso na luta contra corrupção, que permitiu nos primeiros cinco anos de existência recuperar 500 biliões de USD, a Comissão dos Crimes Económicos e Financeiros não está isenta de polémicas<sup>24</sup>. Inicialmente foi acusada de perseguir apenas adversários políticos do então Presidente Obasanjo. No entanto, desde a eleição de Adua, a Comissão tem actuado, cada vez mais, perto de figuras do poder. Entre as detenções efectuadas incluem-se vários antigos governadores nigerianos. Esta perseguição a figuras importantes da política nigeriana, tem feito com que a Comissão tenha sido alvo de pressões, as quais também têm sido exercidas sobre o próprio Presidente Adua, o qual, devido à sua política de alianças, terá que dar resposta.

Com vista a preparar os vários actos eleitorais que decorrerão este ano, com as eleições autárquicas a 19 de Novembro, e as eleições provincianas, legislativas e presidenciais em 2009, foi realizado um novo recenseamento eleitoral.

De acordo com dados do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) foram recenseados cerca de 9 milhões de eleitores num universo estimado de 10,2 milhões de eleitores. De acordo com STAE, estes números devem corresponder a cerca de 88% dos potenciais eleitores.

O recenseamento começou em Setembro de 2007 e deveria ter terminado em finais do ano passado. Porém, problemas associados ao sistema informático utilizado, provocaram uma prorrogação até Março de 2008.

Este novo ciclo eleitoral surge numa altura importante para Moçambique e poderá ajudar à consolidação política e a ultrapassar algum mal-estar social, que surgiu no início do ano devido ao agravamento do custo de vida da população, especialmente urbana.

Moçambique tem sido apontado como um caso de sucesso a nível internacional, recebendo um importante apoio financeiro dos principais doadores internacionais. Em Abril de 2008, o Governo Moçambicano e os 19 Parceiros do Apoio Programático (PAP)<sup>25</sup>, levaram a cabo a Revisão Conjunta da implementação do Plano de Acção para a Redução

<sup>20</sup> Nigerian National Petroleum Corporation <http://www.nnpcgroup.com/> <http://www.nnpcgroup.com/>

<sup>21</sup> Reforming the oil industry, in *The Economist*, 27/09/2007. [http://www.economist.com/displayStory.cfm?Story\\_ID=5068055](http://www.economist.com/displayStory.cfm?Story_ID=5068055)

<sup>22</sup> A produção angolana está muito próxima da quota atribuída pela OPEP que é de 1,9 milhões de barris. [http://www.opec.org/opecna?](http://www.opec.org/opecna?http://www.opec.org/opecna/)

<sup>23</sup> A Nigéria produz actualmente cerca de 3.500 MW. Para se transformar numa economia industrializada seriam necessários mais 100.000 MW Por outro lado, as 6 centrais eléctricas que começaram a ser construídas durante a Presidência de Obasanjo ainda não estão concluídas, prevendo-se que a crise energética que o país atravessa se prolongue pelos próximos anos. *Nigeria Power Shortage to Persist*, in *BK News on Africa*, 30/05/2008. [http://news.bbc.co.uk/2/hi/in\\_depth/7426595.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/7426595.stm)

<sup>24</sup> Nigéria recupera 500 Biliões de USD Desviados por Corrupção, in *Panafican Press*, 28/04/2008.

<sup>25</sup> Os Parceiros de Apoio Programático são um conjunto de doadores bilaterais e multilaterais que se comprometeram, através de um Memorando Entendimento assinado com o Governo de Maputo, em apoiar a implementação da Estratégia Nacional moçambicana de redução da pobreza, expressa no documento intitulado Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Fazem parte do PAP os seguintes doadores: Áustria, Banco Africano para o Desenvolvimento, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Comissão Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido e Banco Mundial.



da Pobreza Absoluta (PARPA) e da eficácia da ajuda externa. A Revisão Conjunta analisou o desempenho do Governo de Maputo e dos Parceiros ao longo de 2007 com base nos parâmetros de avaliação anteriormente acordados e planificaram um conjunto de acções de cooperação até 2009.

Na Revisão conjunta foi realçado o bom desempenho da economia, que cresceu no ano passado 7%, isto apesar das condições internacionais negativas e das adversas condições climáticas.

No campo dos avanços destacam-se a Educação, com o alargamento da rede escolar, e a Reforma Tributária com um incremento de receitas na ordem dos 14 %, com as melhorias na redução dos níveis de evasão fiscal, gestão e reembolsos do IVA e simplificação dos procedimentos aduaneiros. Por outro lado, a reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado Moçambicano, em 2007, foi vista como uma nova etapa para o desenvolvimento do potencial hidroeléctrico do Zambeze possibilitando maior celeridade nos projectos de centrais térmicas de Moatize e Temane, as quais poderão aumentar significativamente o contributo do sector energético tanto para o PIB como na balança de pagamentos. Por outro lado, a possibilidade de Moçambique poder vir a realizar o seu primeiro furo petrolífero em 2009, é mais um sinal das crescentes potencialidades energéticas do país. Garantidas são já as reservas de Gás Natural conhecidas nas regiões de Pande e Temane, as quais se poderão juntar, em breve, novas descobertas.

No campo negativo, foi destacada, em primeiro lugar, a área da Saúde, devido à pandemia do HIV/SIDA que continua a ter uma evolução crescente. Segundo os dados recolhidos em 2007, 16% da população está infectada<sup>26</sup>. Por outro lado, e pese embora o índice de redução da pobreza nacional tenha descido nos últimos anos, a situação inversa se tem registado nos principais centros urbanos.

O aumento do custo de vida tem provocado o aumento da pobreza nas principais cidades do país, o que tem motivado alguma agitação social. O aumento do preço dos combustíveis, em Fevereiro passado, motivou uma onda de violência em Maputo, a qual alastrou depois a outras cidades do sul do país. Segundo os doadores, esta instabilidade social é preocupante e merece a atenção das autoridades moçambicanas.

Apesar da contenção demonstrada pela Polícia Nacional na contenção dos distúrbios, a verdade é que os relatórios internacionais da Amnistia Internacional acusam as forças policiais de excesso de violência<sup>27</sup>.

O Conselho de Ministros moçambicano, marcou as eleições autárquicas para 19 de Novembro, estabelecendo igualmente o período entre 6 de Julho e 4 de Agosto para a actualização do recenseamento eleitoral. Nas últimas eleições autárquicas, que se realizaram em Novembro de 2003 em 33 localidades, a FRELIMO venceu em 28 municípios<sup>28</sup>. A RENAMO – União Eleitoral venceu em 4 municípios, nomeadamente na cidade da Beira onde foi eleito Daviz Simango, apontado como eventual sucessor de Afonso Dhlakama, Nacala<sup>29</sup>, Angoche e Ilha de Moçambique. Em Marrromeu, a Presidência do Município foi ganha pela RENAMO, enquanto que a Assembleia Municipal ficou nas mãos da FRELIMO.

Com vista às eleições de 19 de Novembro de 2008, a Assembleia da República aprovou uma proposta de lei que cria novas autarquias locais, elevando para 43 o número de municípios no país. As 10 novas autarquias são as vilas da Namaacha, em Maputo; Macia, em Gaza; Massinga, em Inhambane; Gorongosa, em Sofala; Gondola, em Manica; Alto Molôcuè, na Zambézia; Ulônguè, em Tete; Ribáuè, em Nampula; Muêda, em Cabo Delgado e Marrupa, em Niassa<sup>30</sup>.

Para a escolha das dez novas autarquias, o Governo baseou-se num conjunto de factores geográficos, demográficos, socioculturais e históricos. Os factores que ditaram a proposta do número de novas autarquias locais centram-se na capacidade e sustentabilidade económico-financeira dos locais propostos suportarem minimamente o processo de poder local através da captação de receitas próprias, a existência de infra-estruturas para albergarem os órgãos autárquicos e no desenvolvimento socioeconómico e cultural dessas unidades territoriais.

<sup>28</sup> A FRELIMO ganhou as seguintes municípios: Maputo; Pemba; Montepuez; Mocimboa da Praia; Licungo; Cusamba; Metangala; Nampula; Monapo; Quelimane; Mocuba; Milange; Gúruè; Tete; Moatize; Dondo; Chimoio; Manica; Catandica; Inhambane; Moixie; Vilanculos; Xai-Xai; Chibuto; Chôké; Manjacaze; Matola e Manhiça.

<sup>29</sup> Seis pequenos partidos e grupos de cidadãos, entre os quais o Partido Independente de Moçambique (PIMO), o Instituto Democrático para a Paz (IPADE), a Organização de Candidaturas Independentes de Nacala-Porto (OCINA), a União para a Mudança (UM) e Unidos pela Ilha (UI), conseguiram mandatos em vários municípios. Um grupo de cidadãos de Maputo Juntos pela Cidade (IPC) obteve 5 mandatos em Maputo. Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral da EU às Eleições Autárquicas de Moçambique: [http://ec.europa.eu/external\\_relations/human\\_rights/eu\\_election\\_ass\\_observ/mozambique/finalreport03\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/external_relations/human_rights/eu_election_ass_observ/mozambique/finalreport03_pt.pdf)

<sup>30</sup> Eleições autárquicas a 19 de Novembro, em Notícias, 6/05/2008. <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/nomfz2/getmln/pi/conten/166096>

<sup>26</sup> Economia Cresceu, mas Persistem Problemas, em Mediafax, 5/05/2008. [http://maica.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2008/05/economia-cresce.html](http://maica.blogs.com/moambique_para_todos/2008/05/economia-cresce.html)

<sup>27</sup> Licença para Matar. Responsabilização da Polícia em Moçambique. Amnistia Internacional, 29/04/2008. <http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR11/001/2008/pl/471664b6-15d5-11d4-8586-f5a00c540031/af110012008por.pdf>



## Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África

À semelhança da China e da Índia, o Japão tem mostrado um interesse crescente pelo continente africano. No caso dos dois primeiros, o seu forte crescimento obriga-os a procurar novas fontes de energia e de matérias-primas.

Após o fim da Guerra-Fria, o continente africano foi alvo de alguma marginalização no sistema internacional. Para contrariar esta tendência, o Japão criou, em 1993, o TICAD (Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África), cujo objectivo principal foi o de tentar chamar a atenção para a importância e a urgência do desenvolvimento de África. Para além do Japão, a organização destas Conferências foi apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial.

As TICAD têm lugar de cinco em cinco anos. A última, TICAD III, teve lugar em 2003, tendo estado presentes 23 Chefes de Estado e de Governo africanos, assim como o Presidente da União Africana (UA). A TICAD IV, que se realizou a 28 e 30 de Maio em Tóquio, teve como lema “Por uma África Viva: Um Continente de Esperança e de Oportunidade”.

Com vista a preparar a TICAD IV, e tendo em atenção o crescente número de países africanos que desejam participar, o governo japonês organizou uma série de reuniões preparatórias, em Outubro de 2007, em Lusaka com os países da África Austral e Central, e, em Novembro de 2007, em Tunes, com os países do Norte, Centro e zona Ocidental do Continente. Uma reunião final a nível ministerial teve lugar em Março de 2008 em Libreville.



À medida que a TICAD IV era preparada, foi feito um diagnóstico à evolução do Continente Africano desde 2003. Do lado positivo foi realçado o progresso na consolidação da paz, democratização e maior estabilidade do Continente e a existência de perspectivas de evolução económica positivas.

Do lado dos desafios que Continente Africano ainda enfrenta, foram realçados os seguintes: a dimensão da pobreza, que ainda atinge um parte importante da população africana; a escassez dos alimentos, fomentada pelo aumento dos preços dos combustíveis e desvio dos cereais para a produção de biocombustíveis; a continuação de problemas de saúde associados a doenças como HIV/SIDA, tuberculose e malária; a degradação do meio ambiente devido, não só, às alterações climáticas, mas também à exploração exaustiva dos recursos naturais; a persistência de situações de conflito, quer nacionais quer regionais e o problema da explosão social, com uma população muito jovem sem saídas profissionais.

Face a este diagnóstico, a TICAD IV concentrou-se nas seguintes áreas<sup>31</sup>:

- Promover o Crescimento Económico em África, garantindo a sua sustentabilidade. Para tal, foi considerado ser necessário a diversificação da economia africana, investindo no aproveitamento dos inúmeros recursos ainda não explorados.
- Garantir a Segurança Humana, conceito central da política externa japonesa, o qual visa garantir o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- Abordagem das Questões Ambientais / Mudanças Climáticas.

Na abertura dos trabalhos da TICAD IV, o Primeiro-Ministro japonês, Yasuo Fukuda, prometeu, até 2012, duplicar a ajuda do seu país ao continente africano com vista a promover o crescimento e atrair o investimento estrangeiro, fórmula que foi aplicada com sucesso no Japão do pós-guerra. Nesse sentido, o Japão disponibilizará empréstimos no valor de 4 mil milhões de USD destinados à criação ou recuperação de infra-estruturas. Com vista a duplicar o investimento privado japonês em África, Tóquio disponibilizará igualmente 2.5 mil milhões em assistência financeira através do Banco Japonês de Cooperação Internacional<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Fourth Tokyo International Conference on African Development (TICAD IV) Sets Agenda for Hope and Opportunity.

<http://www.TICAD.net> www.TICAD.net

<sup>32</sup> Japan Pledges to double Aid to Africa, in Mail & Guardian online, 28/05/2008. [www.mg.co.za/.../breaking\\_news/breaking\\_news\\_business/&articleid=340357&referrer=RSS](http://www.mg.co.za/.../breaking_news/breaking_news_business/&articleid=340357&referrer=RSS)

## (TICAD)

Uma outra decisão adoptada pelo governo japonês foi o anúncio de uma ajuda alimentar de emergência a África com vista a enfrentar o aumento dos produtos alimentares. Este apoio será completado com envio de apoio técnico japonês para vários países africanos com vista a duplicar a produção de arroz do continente e alcançar 14 milhões de toneladas.

No final dos trabalhos foi adoptada a Declaração e o Plano de Acção de Yokohama, onde ficaram previstas as acções a desenvolver nos próximos anos, nomeadamente a intenção do Japão duplicar a ajuda a conceder ao continente africano. Foi igualmente adoptado, um mecanismo de acompanhamento das acções a desenvolver para o reforço da cooperação para estabilidade e o crescimento económico do continente africano.

O Plano de Acção adoptado centrará a sua actuação, nos próximos cinco anos, nas seguintes actividades<sup>33</sup>:

1. Promoção e expansão do comércio;
2. Encorajar o investimento directo estrangeiro;
3. Apoiar o desenvolvimento do sector privado africano;
4. Promover o turismo africano.

Durante a TICAD IV foi entregue, pela primeira vez, o Prémio Hideyo Noguchi para a África<sup>34</sup>. Este prémio foi instituído pelo Japão para distinguir investigadores de medicina e especialistas em serviços de saúde que tenham feito uma contribuição excepcional na luta contra as doenças em África. O prémio é composto por duas categorias: uma para distinguir indivíduos pelo trabalho excepcional realizado nas áreas da investigação médica, a outra em reconhecimento de organizações e/ou indivíduos a quem é atribuída a realização de trabalho excepcional na área dos serviços médicos em África. O prémio, que consiste numa citação, uma medalha e o montante pecuniário de 100 milhões de ienes (cerca de 850.000 USD). O vencedor desta primeira edição do Prémio foi o Professor Brian Greenwood, da Clínica de Medicina Tropical da London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Os resultados da TICAD IV foram apresentados pelo governo japonês ao G-8 na reunião de 7 a 9 de Julho na Cimeira de Hokkaido Toyoko. O governo japonês pretende que as questões africanas estejam no topo da agenda da reunião do G-8, com vista ao cumprimento das promessas que foram feitas ao Continente, e não concretizadas.

Estiveram presentes na TICAD IV quase todos os PALOP. A excepção foi São Tomé e Príncipe, onde a crise política, que levou à queda do Governo de Patrice Trovoada, obrigou o Presidente Pradique Menezes a regressar ao país.

No caso da Guiné-Bissau, além de participar na Conferência, o Presidente Nino Vieira manteve encontros com diversos interlocutores japoneses, nomeadamente com o Primeiro-Ministro, Yasuo Fukuda, para retomar alguns projectos de cooperação financiados pelas autoridades de Tóquio, nomeadamente no âmbito da pesca artesanal e da comunicação social.

Também o Presidente Moçambicano, Armando Guebuza, aproveitou a sua deslocação a Tóquio para manter contactos paralelos à Conferência, destacando-se os contactos que manteve com a Presidente do Banco Internacional Japonês, Sadako Ogata, e com a Directora Executiva do Programa Mundial de Alimentação, Josette Sheeran.

O Presidente Cabo-verdiano, Pedro Pires, aproveitou a sua deslocação ao Japão para parar antes em Paris, onde discutiu com Director-Geral da UNESCO Koichiro Matsuura a candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade. A Cidade Velha foi a primeira urbe construída pelos portugueses, conservando vestígios da época colonial, quando foi um importante entreposto negreiro. O governo entregou este ano à UNESCO um dossier com a candidatura do local a património mundial.

No caso angolano, a representação esteve a cargo do Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos.



<sup>33</sup> TICAD IV: Yokohama Action Plan, Japanese Corporate News, 30/05/2008. [http://www.japanecorp.net/Article\\_Asp?Art\\_ID=18435](http://www.japanecorp.net/Article_Asp?Art_ID=18435)

<sup>34</sup> O Prémio Hideyo Noguchi África foi estabelecido pelo governo japonês em 2006, em honra do Dr. Hideyo Noguchi, o pioneiro e reputado bacteriologista japonês, que faleceu após ter contraído febre-amarela em Accra, no Gana, em 1928. OMS Auxíllia à Administração do Prémio Hideyo Noguchi, 30/04/2007. Comunicado de Imprensa OMS. <http://www.afro.who.int/press/portuguese/2007/pr20070430.html>

## Eleições Autárquicas em Cabo Verde

A 18 de Maio passado, decorreram eleições autárquicas em Cabo Verde, as quais foram ganhas pelo principal partido da oposição o Movimento para a Democracia (MpD). No conjunto das 22 autarquias, o MpD venceu em 11<sup>35</sup>, o partido no poder, o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV), venceu em 10<sup>36</sup> e o Grupo Independente para Modernizar o Sal (GIMS), que contou com o apoio do MpD, venceu no Município do Sal.

MpD não só obteve o maior número de votos<sup>37</sup>, como também venceu nas principais autarquias: Praia, São Vicente e Santa Catarina.

O processo eleitoral foi antecedido por um recenseamento eleitoral, através do qual foram recenseados 250 mil eleitores, numa população que ronda as 500 mil pessoas.

O processo eleitoral foi marcado por uma forte participação popular, tendo-se registado a mais baixa taxa de abstenção de sempre, apenas 19.76%. A existência de 52 candidatos às eleições autárquicas, fizeram destas eleições o processo mais concorrido desde a abertura política em Cabo Verde nos anos 90. Este número de candidaturas é sinal do aprofundamento da democracia e a crescente importância do poder local na vida das populações cabo-verdianas. Este aprofundamento implicou que, para estas eleições, surgissem novos municípios: São Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, São Lourenço dos Órgãos, Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo.

O PAICV concorreu com listas próprias nos 22 municípios, o MpD concorreu sozinho em 20 municípios, tendo apoiado listas independentes em outros dois. A terceira força política do país, a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) concorreu isoladamente em três municípios, tendo apoiadas outras listas noutros três municípios.

A vitória eleitoral do MpD foi reforçada por várias vitórias simbólicas, a começar pela vitória na Cidade da Praia, onde a candidatura do principal partido da oposição, encabeçada por Ulisses Correia e Silva, derrotou a lista do PAICV liderada por Felisberto Viera, considerado uma das figuras mais importantes dentro do partido no poder.

Por outro lado, a vitória do MpD, para além de galvanizar o partido para futuros embates eleitorais, serviu como teste à liderança de Jorge Santos. O Primeiro-verdiano, José Maria das Neves, foi visto como o grande eleito, tanto mais que se empenhou pessoalmente na ilha natal, Santa Catarina, onde a oposição venceu.

A forma ordeira como decorreu este acto eleitoral fortaleceu a imagem exterior do país, dando a entender que o processo democrático está perfeitamente consolidado e que o país possui duas forças políticas, o MpD e o PAICV, com capacidade e credibilidade para governarem o país.

Ministro Cabo-  
derrotado destas  
na campanha na sua



Observatório de África  
Boletim da Fundação Portugal África

Fundação Portugal África  
Rua de Serralves  
191 - 4150 - 706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11  
E-mail: jmiranda@fpa.net4b.pt

Ficha Técnica  
Responsável pela edição  
J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

Tiragem  
500 exemplares  
Impressão  
Gutenberggráfica  
Depósito Legal: 223325/05

<sup>35</sup> O MpD dirigirá a ilha do Maio; Tarrafal, S. Miguel, Ribeira Grande/Cidade Velha, S. Domingos e Santa Catarina (ilha de Santiago); Ribeira Grande e Porto Novo (ilha de Santo Antão); a ilha da Boavista; a ilha de S. Vicente (Mindelo) e a Cidade da Praia.

<sup>36</sup> O PAICV vai dirigir as câmaras de S. Salvador do Mundo, Santa Cruz, e S. Lourenço dos Órgãos (ilha de Santiago); ilha da Brava; Paúl (ilha de Santo Antão); Ribeira Brava e Tarrafal (S. Nicolau); e Santa Catarina, S. Filipe e Mosteiros (ilha do Fogo).

<sup>37</sup> O MpD obteve 92.117 votos e o PAICV 87.435 votos.  
Fonte: Comissão Nacional de Eleições de Cabo Verde.